

V Plenária Nacional de Economia Solidária

Relatório para Plenárias Locais e Estadual de Economia Solidária

Escreva abaixo de cada tópico.

<i>Nome da Atividade</i> V Plenária de Economia Solidária do Estado da Bahia		
<i>Data</i> 17/18 /19 de Setembro de 2012		
<i>Local (Município/ Estado)</i> Av. Dorival Caymmi , 15.645 Itapuan - Salvador - Bahia		
<i>Nome das/os integrantes da Comissão Organizadora da Plenária</i> Diogo, Débora, Marcos, Tatiana Reis, Tereza Matos, Dina Lopes,		
<i>Representante da Comissão Organizadora presente (Estadual ou Nacional)</i> Ana Dilma		
<i>Responsável ou responsáveis por finalizar este relatório</i> Nome: Dina Lopes / Diogo Rego <i>Email: dina.llopez@hotmail.com</i> <i>Telefone: 71 88306175</i>		
Público		
<i>Total de participantes</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>
<i>A partir da lista de presença, informar o número de:</i>		
<i>Empreendimentos: 68</i>		
<i>Organizações de assessoria: 21</i>		
<i>Órgãos de governo: 11</i>		
<i>Movimentos sociais presentes na Plenária (citar)</i> Fórum Baiano de Agricultura Familiar, Movimento Quilombola; MLT/CETA. Deficientes, Movimento Pescadores, Fundos de Pasto, Agroecologia.		
<i>Programação realizada</i>		
<i>Breve relato sobre como ocorreu a Plenária (incluindo se houve colaborador/a convidado/a)</i>		
1º dia		
8/10 – Credenciamento		
10/11 – Mistica		
11/12:00 – Aprovação de Regimento de Plenária		
12:00/13:00 - Apres. da síntese dos territórios		
14:30/16:30 – Trabalho em grupo para debater orientação política do movimento		
16:30/17:30 – apresentação dos grupos		
17:30/19:00 - debate plenária e encaminhamento		
19:00 – Janta e feira de economia solidária		
2º dia		
8/8:30 – Explicar sobre o FBES, sua estrutura e V Plenária		
8:30/11 h - organicidade do FBES		
11/12:30 – eleição dos delegados para Brasília (dividir por segmento e território)		

12:30/13:30 - leitura e aprovação da carta da Bahia

13:30/14:00 - Saudação dos parceiros do movimento de economia no Estado da Bahia: Secretário Sr. Nilton Vasconcelos Secretário SETRE ; Sr. Elionaldo Presidente da EBDA; Sr. Ailton Florêncio Coordenador Geral do Programa Vida Melhor; Sra Ana Dilma, representando o FBES.

Resultado dos debates: descrever por momentos transcorridos na Plenária

Após a finalização dos grupos de trabalho os/as participantes retornaram para a plenária, para apresentação e debates das questões trabalhadas nos grupos, após a apresentação e o debate foi tirada varias proposta para serem discutidas na Plenária Nacional de Economia Solidária.

ORIENTAÇÃO DAS AÇÕES

A)Marco Legal;

1. Construção de uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável que tenha como modelo a Economia Solidária;
2. Garantir a regulação da atividade do negócio social e solidário;
3. Estruturar em marco regulatório forte, com subsídios para consolidar a ecosol em recursos oriundos do pré-sal;
4. O movimento nacional de economia solidária deve trabalhar para conquistar a aprovação da Lei da Economia Solidária
5. Criar um programa de formação e capacitação profissional dos EES no semiárido para atuação em economia solidaria buscando fortalecer a gestão e comercialização dos EES;
6. Elaborar cartilhas para divulgação da lei com os EES, contemplando os principais pontos da Lei e que estão relacionados com as iniciativas solidarias, esclarecendo quais mecanismos de reivindicação para os EES;
7. Criar um fundo estadual específico para economia solidária que estabeleça uma percentagem para destinação no orçamento de cada Secretaria envolvida com a política estadual de Economia Solidária;
8. Garantir o preço justo nos contratos celebrados entre os EES e o Estado (mercado institucional), visando uma maior sustentabilidade dos EES;
9. Garantir a criação de órgãos de apoio e assessoria técnica aos EES com infraestrutura e condições de trabalho adequadas.

10. Implantar e fomentar a assistência técnica aos empreendimentos solidários
11. Isenção das taxas de impostos dos produtos da economia solidaria;
12. Tomar público a lei da ecosol nas redes sociais;
13. Reduzir as burocracias para o acesso ao selos de certificação (SIF, SIM, selo da agricultura familiar) dos produtos para ampliar a comercialização;

B) Educação e Cultura;

14. Garantir o financiamento para formação e suporte técnico das lideranças de maneira sistemática, de acordo com as particularidades de cada empreendimento;
15. a economia solidária tem direito a assistência técnica e formação, tal como os empreendedores individuais tem direito à programas de capacitação
16. Garantir recursos para os processos de formação política a partir dos empreendimentos de ECOSOL para e com as comunidades locais
17. Qualificação profissional: a formação técnica e gerencial continuada com temáticas que atendam as demandas das comunidades e dos grupos.
18. Garantir a formação de lideranças através das chamadas públicas que atendam as diversidades tais como: raça, gênero, etnia, povos e comunidade tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, urbano, rural, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional e saúde mental
19. Ofertar assessorias mais frequentes com maior qualidade aos EES através das várias secretarias públicas e entidades de fomento;

C) Estratégias Econômicas (produção, comercialização, consumo e finanças solidárias);

20. Garantir a criação e manutenção dos espaços de comercialização dos produtos da ECOSOL nos municípios
21. pessoas que tem empreendimento podem se aliar a outros grupos solidários pois tem objetivos semelhantes
22. Desburocratizar o acesso a crédito nas instituições financeiras; com juros menores, maiores carências para pagamento e assessoria técnica para o investimento no EES;
23. Disponibilizar linhas de crédito com valores maiores para os EES;

24. Criação e fortalecimento de Redes de Economia Solidária;
25. Garantir o acesso aos meios de produção considerando sua localização espacial, principalmente o acesso à terra e água de qualidade para produção e consumo, sobretudo no que se refere aos grupos produtivos rurais.
26. Incentivar a implantação e o fortalecimento de clubes de troca e moeda solidária;
27. Criação e implantação da moeda social no Território;
28. Ampliação da implantação de cooperativas de crédito com linhas especiais de crédito para cada município, de acordo com a realidade local.
29. Fortalecimento do marketing dos produtos da economia solidária;

D) Integração territorial e luta pela continuidade de políticas públicas

30. Apoio a empreendimentos da Agricultura Familiar de modo a ampliar as atividades econômicas e de geração de renda: agroindústria, cisterna de produção, centros públicos de ECOSOL, financiamentos e formação;
31. Garantir na construção dos Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, que os mesmos se configurem a partir dos princípios e valores a ECOSOL, agroecologia e da educação contextualizada/educação do campo.
32. Participar nos conselhos e espaços de debate e decisão das políticas públicas nos territórios
33. Reduzir as dificuldades quanto a divulgação\ publicação e clareza na linguagem das chamadas públicas municipais, o que dificulta o acesso de maior participação dos EES;
34. Acesso à água de qualidade;
35. Implantação de Lei Municipal de Economia Solidária com criação de conselhos e fundos nos municípios que compõem o Território

E) Comunicação e visibilidade.

36. Garantir recursos para a realização de eventos temáticos da ECOSOL a serem realizados de maneira particular nas próprias comunidades dos empreendimentos de

E.E.S;

37. promoção de eventos de divulgação como seminários, plebiscitos, escolas, feiras regionais e momentos informais.
38. Construção de Cartilha de Economia Solidária;
39. Realização de seminários municipais de sensibilização sobre o papel da mulher na sociedade;

ORIENTAÇÃO POLÍTICA

A) Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de economia solidária e o estado.

1. Promover ações educativas com os princípios da ecosol, valorizando o trabalho associado e coletivo no sistema educacional brasileiro. Educação para os sujeitos do movimento de economia solidária;
2. Assistência técnica e formação é importante para que tenhamos autonomia
3. Fortalecer nossa lei estadual e a campanha pela lei nacional.
4. Promover a desburocratização da relação do estado com os empreendimentos da ECOSOL, no acesso às políticas públicas, no sentido de respeitar as diferenças étnicas, culturais e sociais;
5. Estimular a criação dos conselhos municipais e do marco legal;
6. Garantir a execução do PNAE, PAA nos municípios como direito político;
7. Fortalecer e estimular a criação dos fóruns municipais e territoriais como estratégia de fortalecimento do movimento;
8. Divulgar para as bases os mecanismos de comunicação e articulação do movimento como Cirandas;
9. Promover formas de intercâmbio de experiências que possam fortalecer a luta por direitos comuns entre a ECOSOL e outros movimentos e outros movimentos com bandeiras semelhantes;
10. Divulgar mais os portais alternativos e o cirandas;
11. Capacitação para os gestores públicos sobre a temática de ECOSOL e a conjuntura do Fórum.

b) Autogestão e autonomia

12. Garantia do Marco Legal para formalização do empreendimento de economia solidária, tanto para regularização e cadastro quanto para aquisição de produtos e serviços por parte do Estado;
13. Criar mecanismo de avaliação do trabalho desenvolvidos pelas incubadoras e assessorias do processo metodológico dentro dos princípios de economia solidária;
14. Fortalecimento da Gestão dos empreendimentos através do processo de educação em economia solidária;
15. Garantir que a intervenção técnica não comprometa a autogestão dos grupos;
16. Adotar a formação como estratégia de fortalecimento da autogestão dentro da metodologia participativa e popular;
17. Fortalecimento e sustentabilidade econômica do Fórum de Economia Solidária para participação dos empreendimentos e criação do Fundo Rotativo Solidária do Fórum (Inclusive as entidade

- que recebem apoio ou suporte do Fórum)
18. Restituir os grupos de Trabalho dentro do fórum;
 19. Fortalecimento, por meio de política pública, das estratégias para melhoria das condições de produção, comercialização e escoamento dos produtos dos EES, visando a sua sustentabilidade e reconhecimento jurídico no mercado;
 20. Buscar uma relação de não dependência com programas de governo;
 21. Articulação em rede e com outros movimentos como estratégia de fortalecimento;
 22. Criação de um fundo para promover oficinas de formação em economia solidária;
 23. Reconhecer o fórum como representante do movimento de Economia Solidária;
 24. Os empreendimentos devem atuar com maior autonomia para não perder a identidade do movimento;

c) Economia popular.

25. Incorpora a economia popular aos processos da economia solidária, esclarecendo que a economia solidária é diferente das demais formas de economia;
26. Formação política ideológica e social para inclusão na economia solidária;
27. Disputar o trabalhador informal, que trabalha de forma sozinha, para que ele possa trabalhar de forma coletiva e autogestionária.

d) Diversidade:..

28. Ficou entendido na plenária que a questão de gênero e raça são elementos estruturantes das desigualdades sociais no país.
29. Criação do GT de Mulher e Raça/Etnia no Fórum Brasileiro e Baiano de ECOSOL;
30. Garantir política pública de economia solidária com recorte de gênero e raça;
31. Garantir a formação de lideranças através das chamadas públicas que atendam as diversidades tais como: raça, gênero, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, urbano, rural, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional e saúde mental;
32. Fomenta uma cartilha sobre economia solidária e o papel da mulher;
33. Fortalecimento dos empreendimentos de mulheres para que aja o empoderamento das mesmas;
34. Acesso permanente das mulheres ao crédito sem limitações e restrições;
35. A abordagem das desigualdades de gênero e raça devem ser eixos obrigatórios nas formações dos EES;
36. Identificar e reconhecer os povos e comunidades tradicionais existentes no território;
37. Realização de seminários territoriais e estadual sobre mulher /raça e economia solidária;
38. Agregar a juventude nos debates do fórum;
39. Viabilizar o reconhecimento de inclusão das pessoas e empreendimentos formados por pessoas portadoras de necessidade especiais no espaço do fórum, no sentido de valorizar e reconhecê-los/as como agentes da economia solidária;
40. Promover incentivos para a ampliação dos empreendimentos formados pelas pessoas com necessidades especiais.

e) Sustentabilidade e emancipação econômica política dos empreendimentos de economia solidária .

41. Consideramos estes dois temas muito ligados e por isso foram debatidos de forma conjunta.
42. Viabilizar campanha de fortalecimento da venda direta aos consumidores;

43. Articular para continuação do PAA sendo transformado em lei e maior acessibilidade do PNAE como fomento a economia solidária e sustentabilidade;
44. Articular para a interação social coletiva tendo como foco a sustentabilidade dos empreendimentos;
45. Fomentar a criação e o fortalecimento de redes de economia solidária de produtores e consumidores incentivando a compra traça e venda entre os empreendimentos de economia solidária;
46. Apoiar a luta pelo acesso á terra para agricultores/as familiares através da reforma agrária;
47. Reafirmar lutas emcapadas pelos movimentos sociais de disputa pela habitação;
48. Reafirmar o compromisso pela campanha da Lei Nacional da Economia Solidária;
49. Criação de meios próprios de comunicação da economia solidária;
50. Reconhecimento pelos EES nos processos políticos.

f) Território e territorialidade

51. Considerando territórios como espaço de relações sociais das mais diversas, que promovem laços de identidade, que potencializam o que é comum e repeita as diferenças.
52. Fortalecer os territórios, promovendo a inclusão das pautas e interações locais nas pautas e ações estaduais e nacionais dos fóruns;
53. Promover a maior participação dos fóruns nos territórios e vise versa;
54. Promover o envolvimento das comunidades isoladas nas relações territoriais nas quais estão inseridas;
55. _Dialogar com as ações de economia solidária a partir dos territórios.

ORGANICIDADE DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Reestruturação do movimento tendo nova composição para participação, sendo: representante dos empreendimentos 50% , representante das entidades de apoio 25% , representante dos gestores organizados em rede 10% e representante dos movimentos 15% ;
- Os empreendimentos devem ser a base do movimento, mas as entidades de assessoria e fomento devem ter menos o papel de condução política, e mais de apoio, ou seja, que as entidades de apoio elabore projetos de qualificação e de infraestrutura dos empreendimentos e do Fórum, além de contribuir nas discussões das políticas publica;
- Que a Rede de Gestores apoie e participe das ações do fórum, mas estes não devem direcionar a agenda do movimento, portanto eles não podem participar das instancias executivas e representativas do fórum. Para que os gestores façam parte de qualquer instancia do Fórum (tirando os casos acima) eles devem ter participação dentro dos territórios.

PROPOSTA PARA A COORDENAÇÃO EXECUTIVA NACIONAL:

- Permanecer com os 13 membros, saindo a representação da rede de gestores, ficando 5 entidades de apoio e fomento e oito empreendimentos;
- Que todas as representações devem ser retiradas das instâncias locais de acordo com a participação de cada entidade.

Atenção: Anexar lista de presença digitada e scaneada. Se houver fotos, gravações e outros registros relevantes, acrescentar como anexo a este relatório.